



Crescimento Populacional, Pobreza e Políticas Públicas em Moçambique

(Conferência – Pobreza, Desigualdades e Modelos de Desenvolvimento)

António Francisco

antonio.francisco@iese.ac.mz

Maputo (Kaya Kwanga) 16 de Julho 2019

CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO

(Versão revista, inclui as questões colocadas no debate)

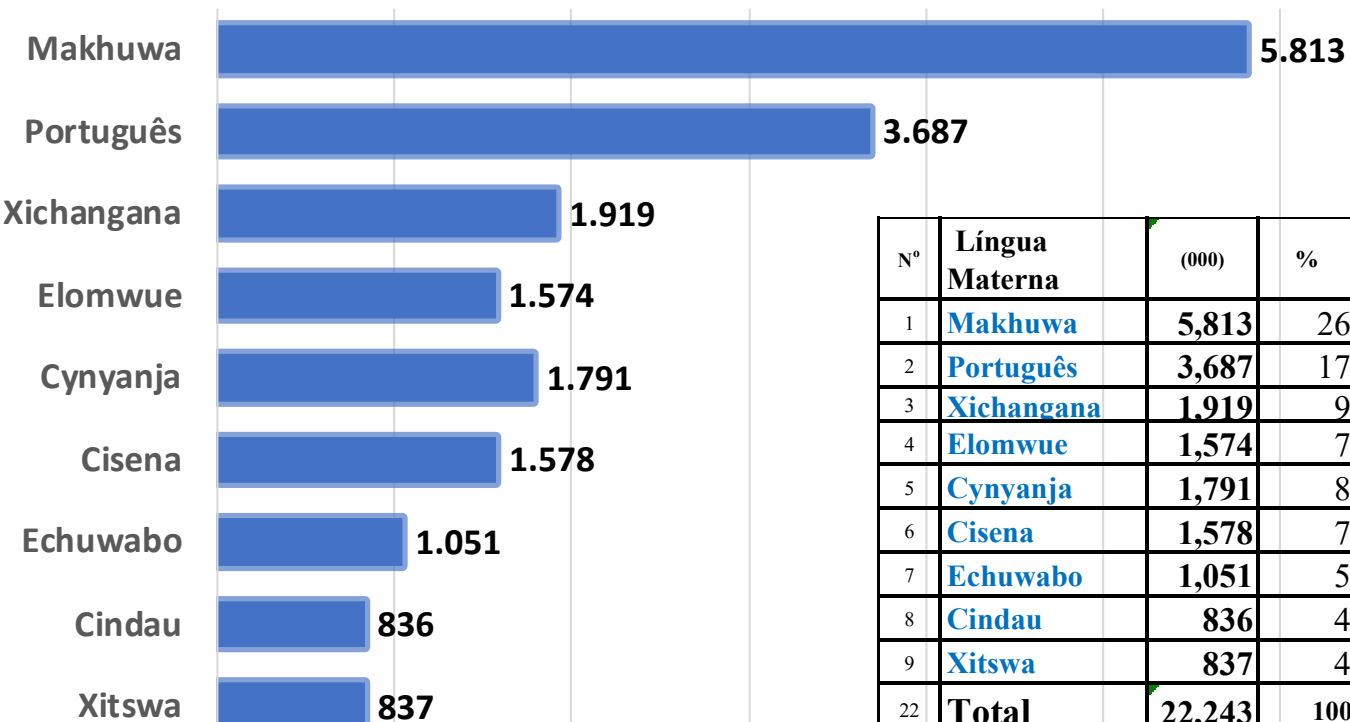
- 1. Quais são os verdadeiros desafios demográficos?**
- 2. Quais os perigos da negação demográfica?**
- 3. Queremos implementar políticas públicas sérias?**
Então, aqui temos 4 sugestões concretas
- 4. Questões no Debate**

Verdadeiros Desafios Demográficos

Conhecimento e desafio da comunicação e prestação de contas?

Como traduzir e comunicar os conceitos demográficos nas línguas nacionais (Makhuwa, Xichangana, etc?)

Línguas Faladas pela População Moçambicana de 5 ou mais anos de Idade, Censo 2017



Nº	Língua Materna	(000)	%	Acumulado
1	Makhuwa	5,813	26	26
2	Português	3,687	17	43
3	Xichangana	1,919	9	51
4	Elomwue	1,574	7	58
5	Cynyanja	1,791	8	66
6	Cisena	1,578	7	74
7	Echuwabo	1,051	5	78
8	Cindau	836	4	82
9	Xitswa	837	4	86
22	Total	22,243	100	

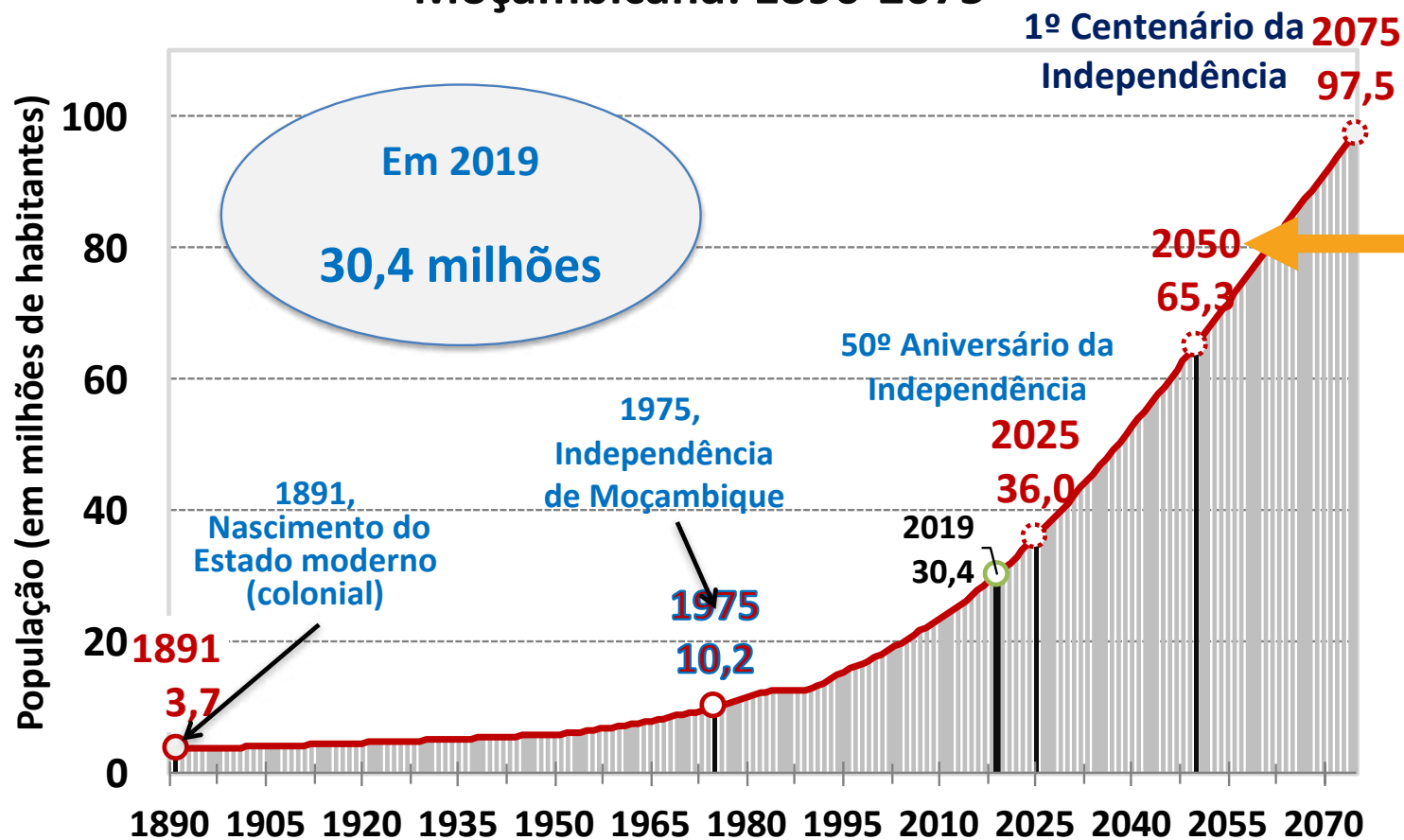
Como traduzir os seguintes conceitos para outras línguas nacionais?

- “Transição demográfica”
- “Esperança de vida”
- “Idade mediana”
- “Pirâmide etária”
- “Dividendo demográfico”

Verdadeiros Desafios Demográficos

Resiliência da evolução populacional e perspectivas de crescimento: dentro de 25 anos temos mais 30 milhões. Não temos desculpa para dizer que não sabíamos que até 2050 Moçambique atingirá os 60 milhões de hab.

Figura 1: Evolução e Projecção da População Moçambicana: 1890-2075



INE projecta para 2019
29,5
milhões

65,3 milhões, UN, 2019
67,8 milhões, UN, 2017
65,5 milhões, UN, 2015
42,8 milhões, UN, 2010

À medida que actualizamos os dados, fazemos ajustamentos sobre a dimensão do crescimento populacional

UN, 2019

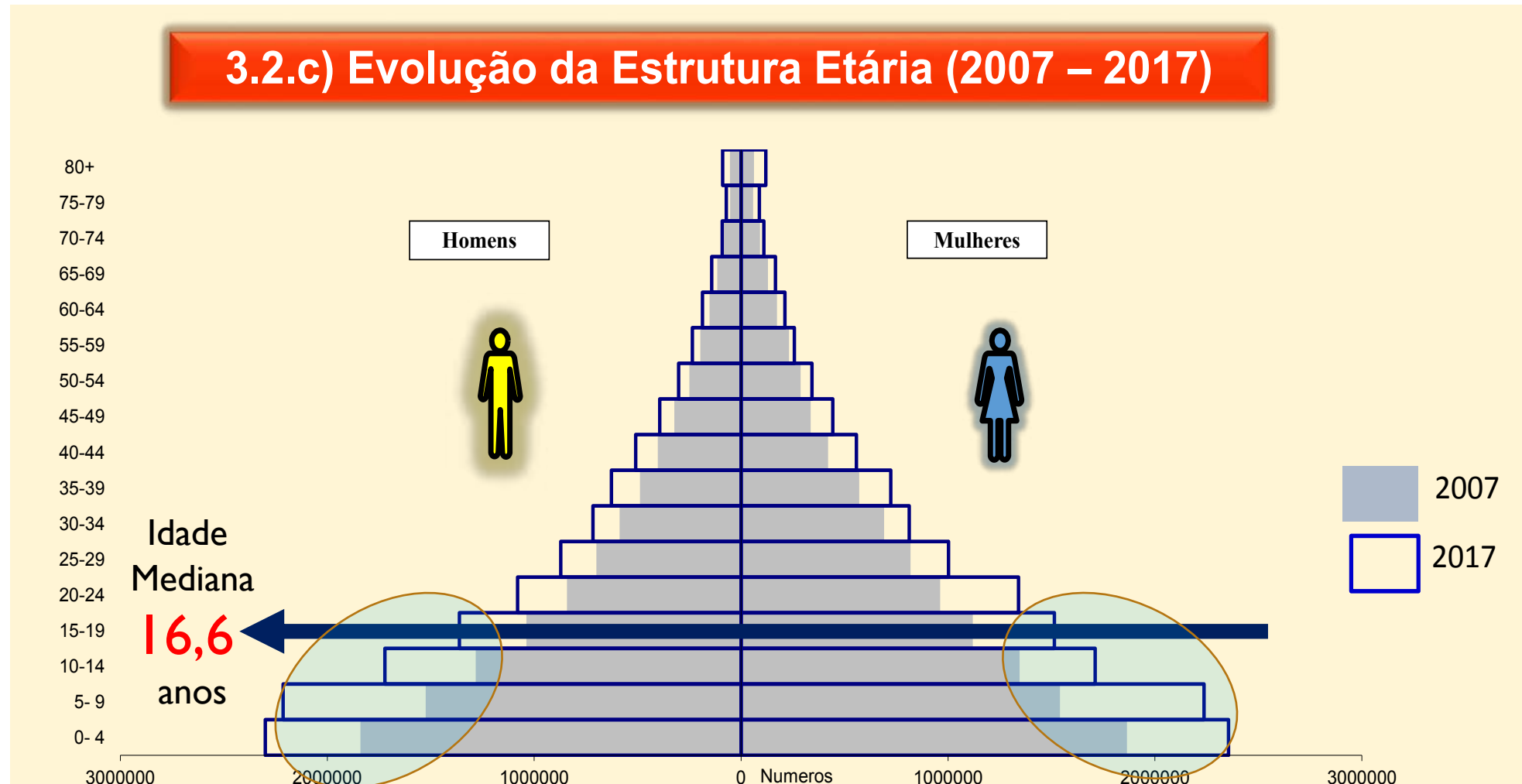
Anos

Fonte: Francisco, 2017; Maddison, 2006; 2010; UN, 2019

Verdadeiros Desafios demográficos

Quem quiser saber se Moçambique está a desenvolver ou sub-desenvolver olhe para esta imagem, sobretudo para o aumento da base da pirâmide.

Um país que desenvolve reduz a base e aumenta a parte do meio. Aumenta também a idade mediana e não diminui como acontece em Moçambique que passou de 19 anos em 1950 para os actuais 16,6 anos.



Verdadeiros Desafios demográficos

Outros exemplos de subdesenvolvimento em curso: PEA e taxa de dependência demográfica. Estas taxas testemunham um processo de subdesenvolvimento em vez de desenvolvimento. Não é um problema apenas do Governo, mas de toda a sociedade que não é capaz de gerar transformação economia e social desenvolvimentista.

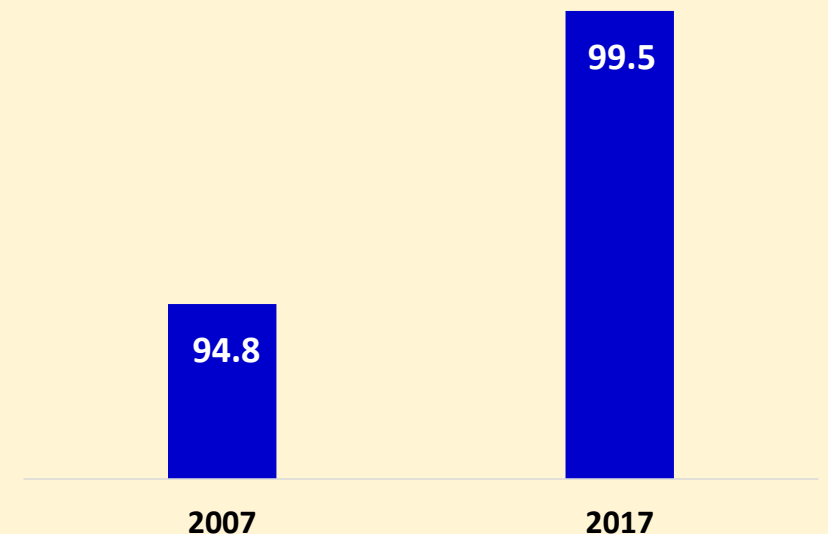
3.16. Força de Trabalho

a) % da população economicamente activa por sexo



3.16. Força de Trabalho

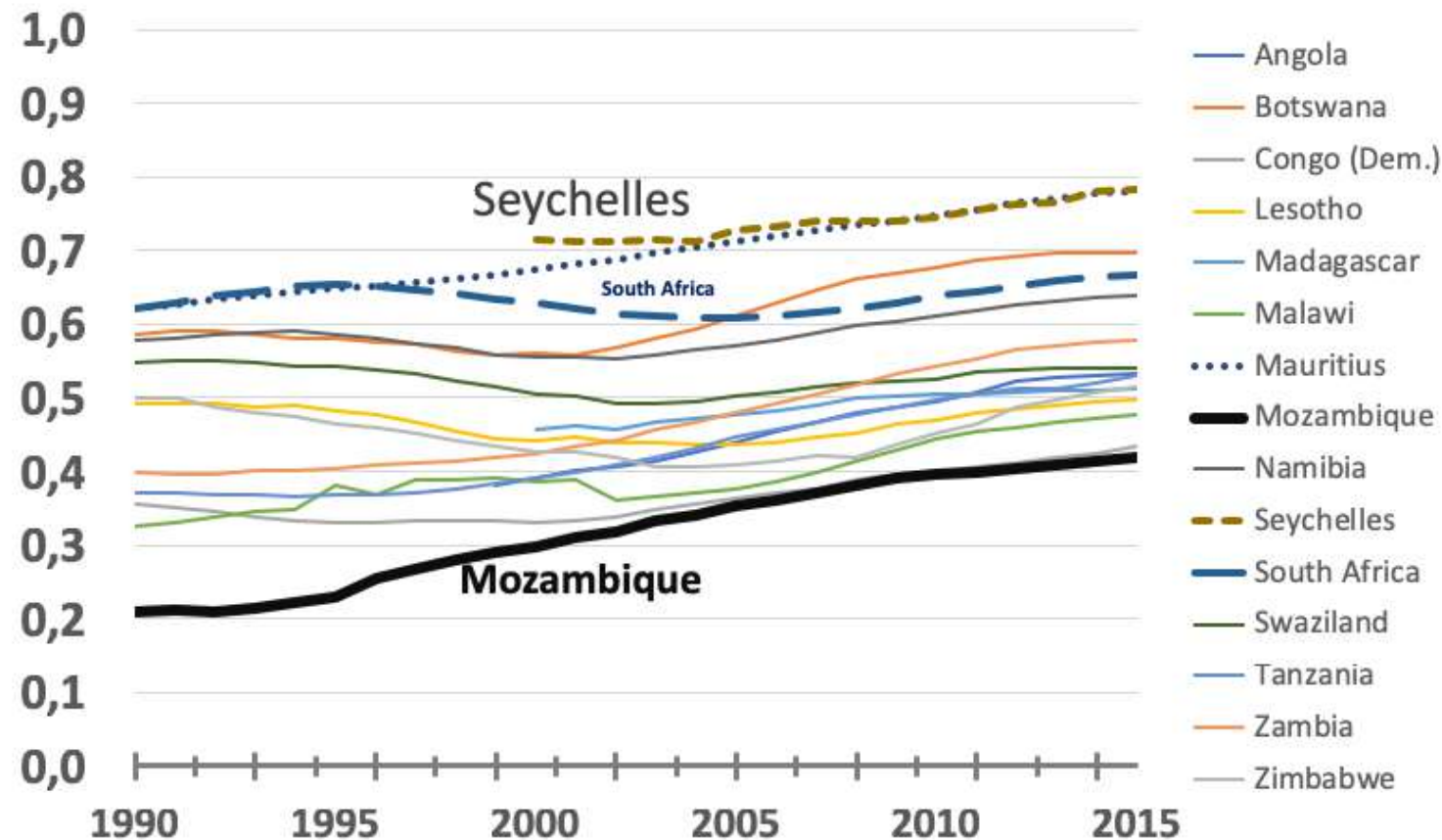
3.16.c) Taxa de Dependência Demografica



Verdadeiros Desafios demográficos

A capacidade de ampliação do desenvolvimento humano, no sentido de ampliação das escolhas das pessoas aumenta lentamente, demasiado lentamente para que Moçambique continue em último lugar na SADC.

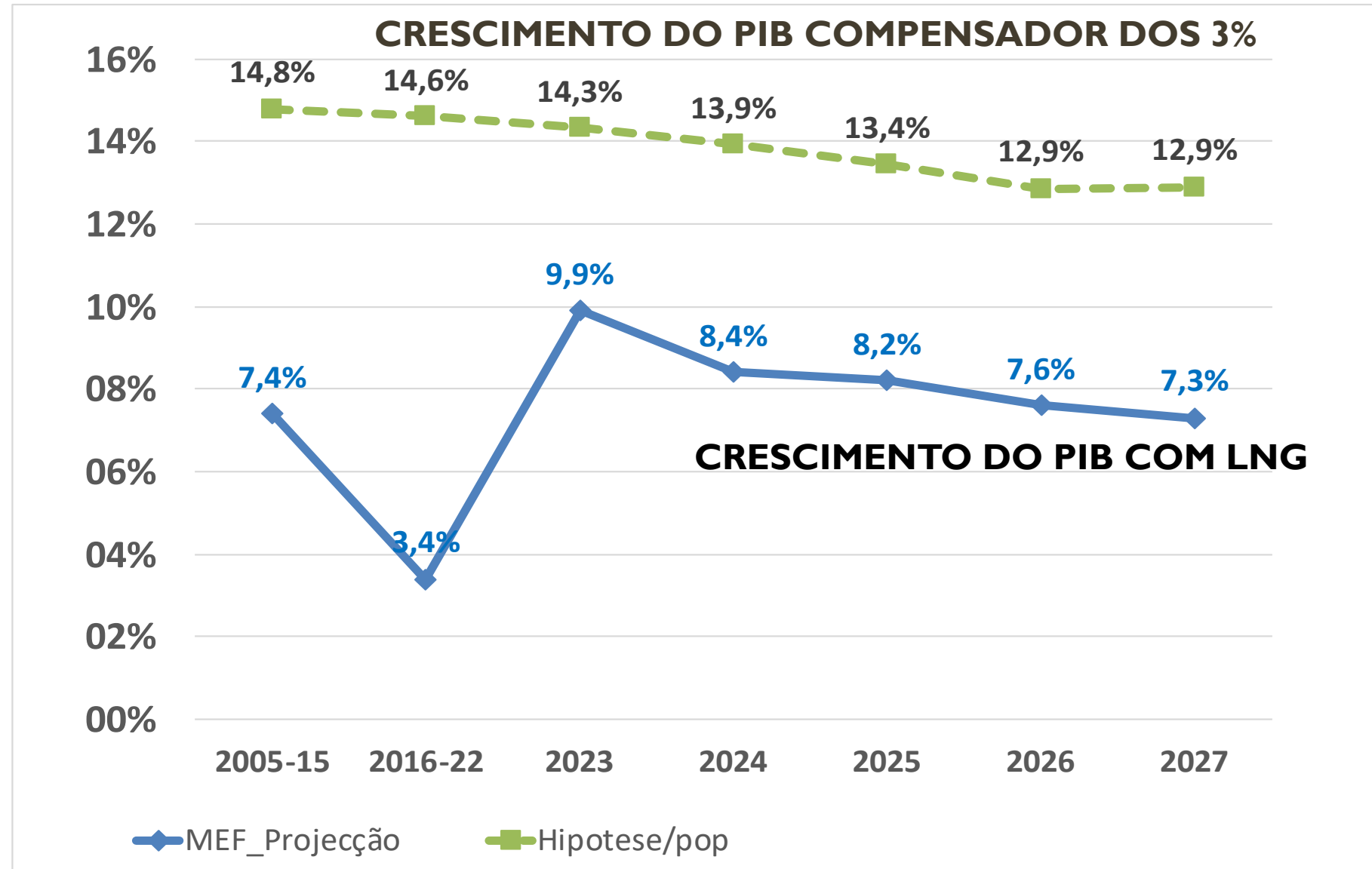
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS PAÍSES DA SADC, 1990-2015



IDH de Moçambique tem melhorado, no ultimo 1/4 de século, mas sempre no último lugar na SADC

Os Perigos da Negação Demográfica

Projeção do Ministério de Economia e Finanças (MEF) contando com o crescimento com LNG (gás natural liquefeito) ignora a necessidade de expansão de capital e infra-estruturas unicamente para cobrir o crescimento populacional de 3% ao ano.



Os Perigos da Negação Demográfica

- ❑ Como lidar com a crença que o elevado crescimento populacional não representa ameaça, porque a densidade populacional ainda é baixa?
- ❑ Estudos internacionais mostram que cada 1% de crescimento populacional preciso de 6-7% de expansão do PIB, unicamente para compensar o custo da expansão demográfica. Mesmo considerando apenas metade, significa que o PIB moçambicano devia crescer entre

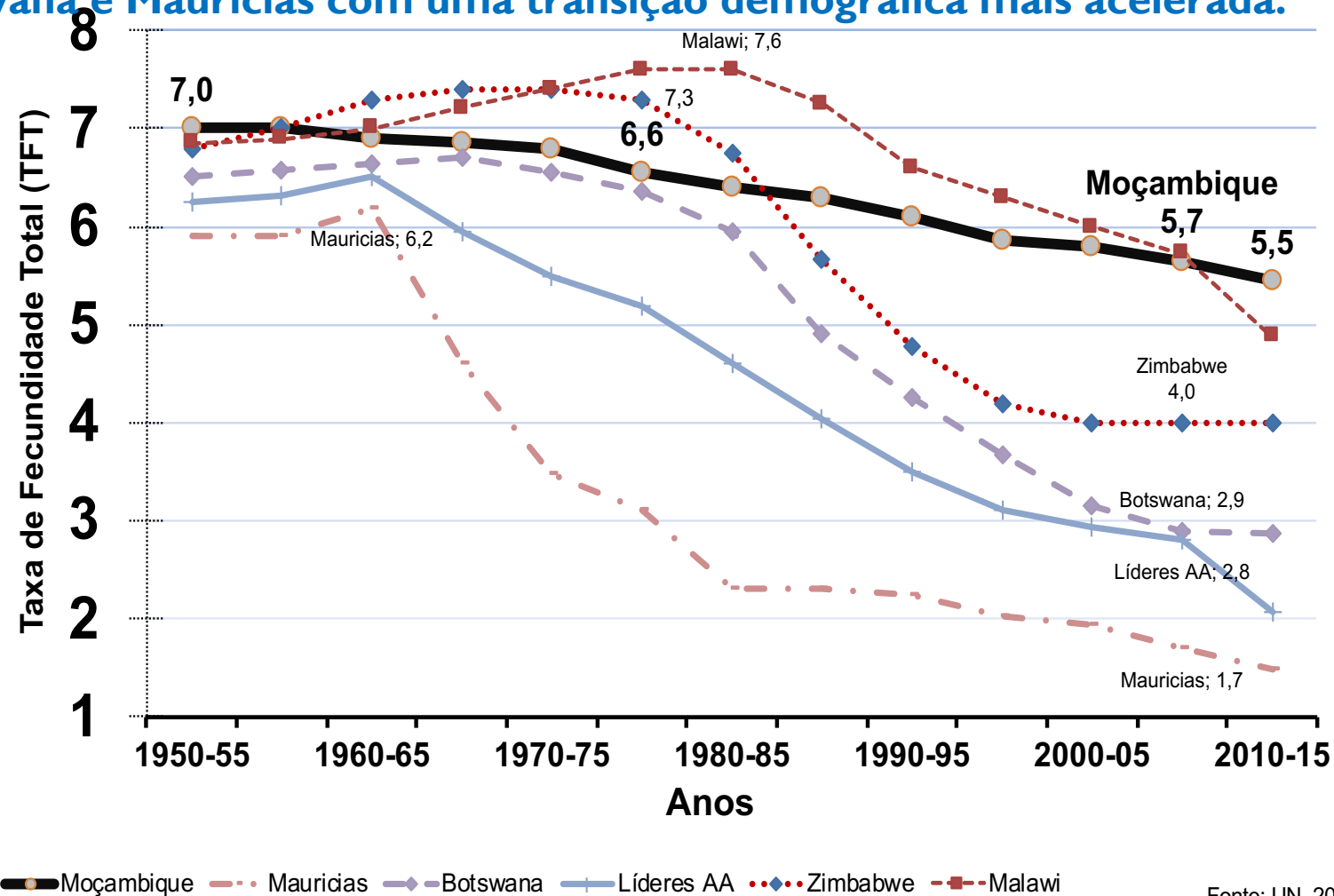
12% - 15%

Unicamente para sustentar o crescimento populacional.

Os ECONOMISTAS entendem este défice prolongado?

Os Perigos da Negação da Demográfica

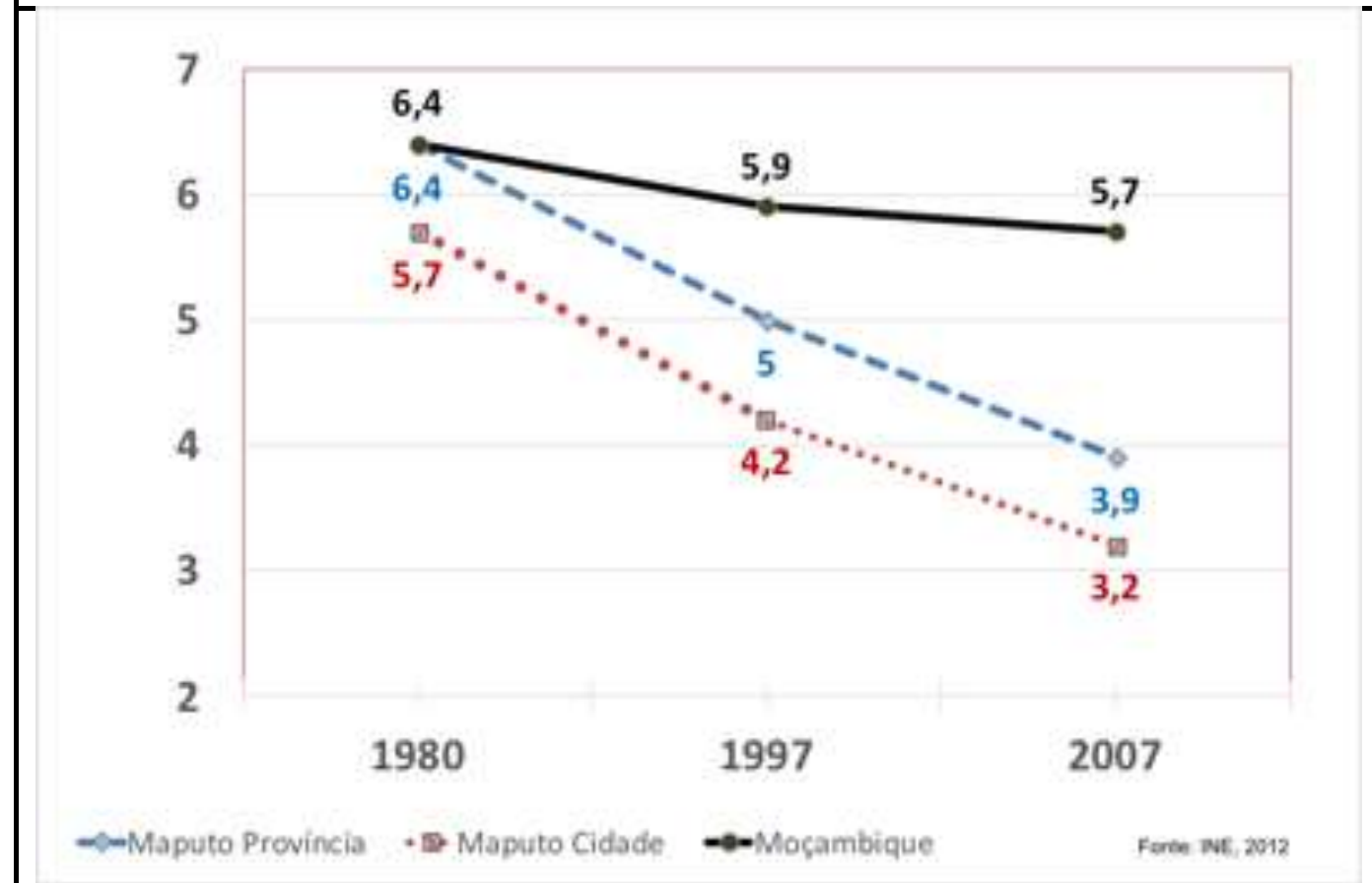
Existe elevado consenso sobre a necessidade de redução da mortalidade, mas fraco consenso sobre a necessidade de redução da fecundidade para se ajustar à nova mortalidade. A fecundidade continua resiliente... para quê? Veja a diferença entre Moçambique e países como Zimbabwe, Botswana e Maurícias com uma transição demográfica mais acelerada.



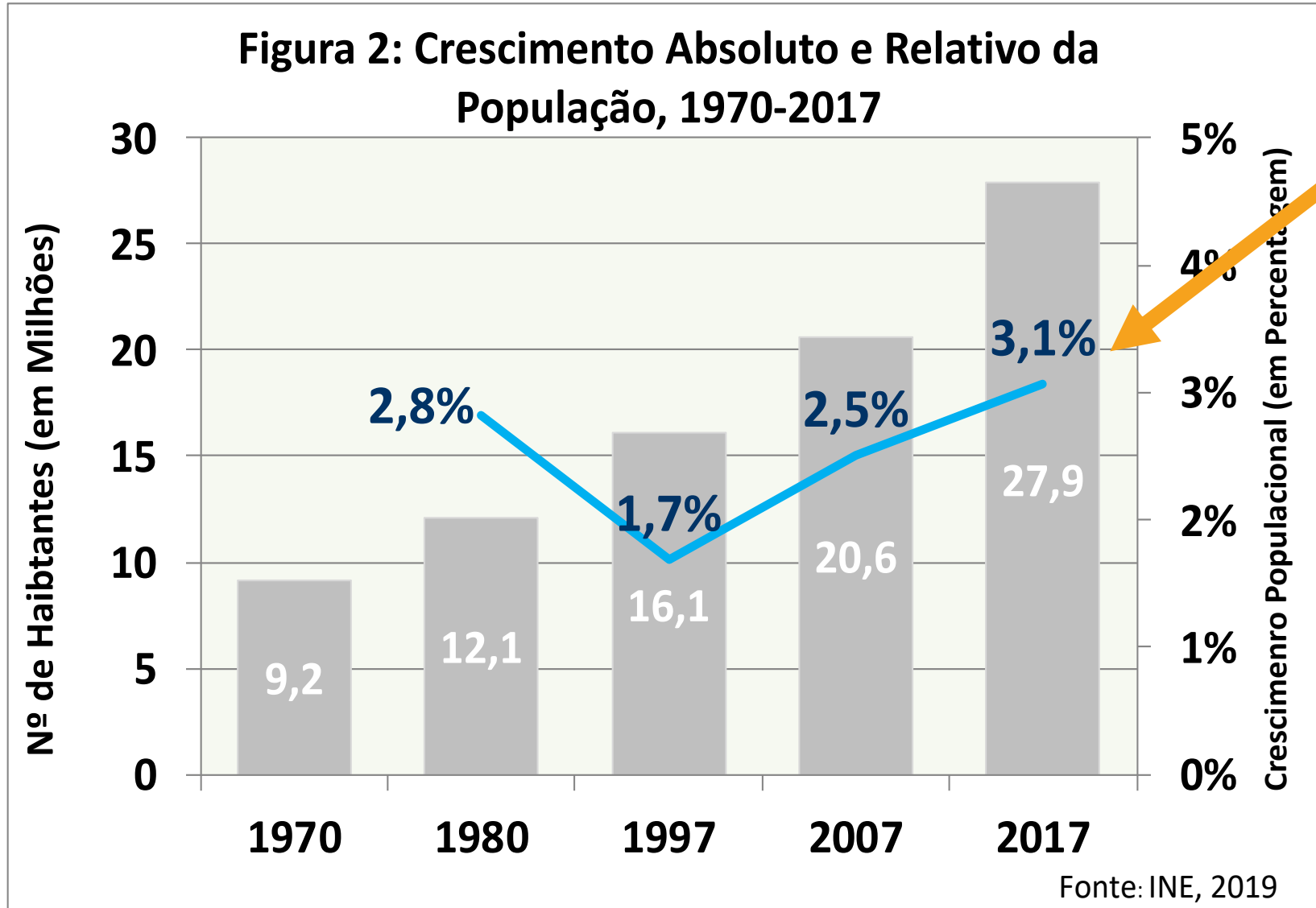
Os Perigos da Negação da Demográfica

**Transição
incipiente e
circunscrita
principalmente à
queda da
mortalidade, em
todo o país,
excepto em
Maputo, Cidade e
Província.**

Figura 1: Moçambique e os Países Líderes da Transição da Fecundidade na África Austral, 1950-2015



Os Perigos da Negação da Demográfica



INE

2,8%?

Contrariamente ao que declara o INE, a taxa de crescimento geométrica indica 3,1%.
Seja como for, significa que a duplicação populacional acontecerá entre 20 a 25 anos. Ignorar isto é insensato e irresponsável.

Os Perigos da Negação Demográfica

INE tem apenas uma variante, enquanto a ONU tem nove. Vai precisar de actualizar sua projecção com o Censo 2017. Esperemos que o façam até 2100 ou pelo menos 2075, se bem que o mais importante da projecção do INE é a desagregação provincial, distrital e localidade.



MOÇAMBIQUE TERÁ MAIS DE 100 MILHÕES DE HABITANTES NO 1º CENTENÁRIO DA SUA INDEPENDÊNCIA?

Tabela 1: Previsão da População, Segundos Nove Variantes de Projecção da ONU e Uma do INE, Moçambique, 2018-2075

Proj. em 2075		2018	2025	2050	2075
< 100 milhões de habitantes	Momentum	29	31	40	43
	Reposição instantânea	29	31	42	50
	Mortalidade constante	30	36	60	80
	Fecundidade baixa	30	36	62	85
	INE_proj2007-2040+ext	28	33	57	98
>100 milhões de habitantes	Fecundidade média	31	37	68	104
	Migração zero	31	37	68	104
	Fecundidade elevada	31	38	74	125
	Sem mudança	31	38	78	161
	Fecundidade constante	31	38	88	207

Fonte: INE, 2010; UN, 2017

Tabela 1: Previsão da População, Segundos Nove Variantes de Projecção da ONU e Uma do INE, Moçambique, 2018-2075						UN, 2017 - 2075
Proj. em 2075		2018	2025	2050	2075	
< 100 milhões de habitantes	Momentum	29	31	44	49	43
	Reposição instantânea	29	31	46	54	50
	Mortalidade constante	29	36	61	82	80
	Fecundidade baixa	29	36	60	80	85
	INE_proj2007-2040+ext	28	33	57	98	98
	Fecundidade média	29	37	65	98	104
>100 milhões de habitantes	Migração zero	29	37	65	98	104
	Fecundidade elevada	29	38	71	118	125
	Sem mudança	29	38	75	149	161
	Fecundidade constante	29	38	80	176	207

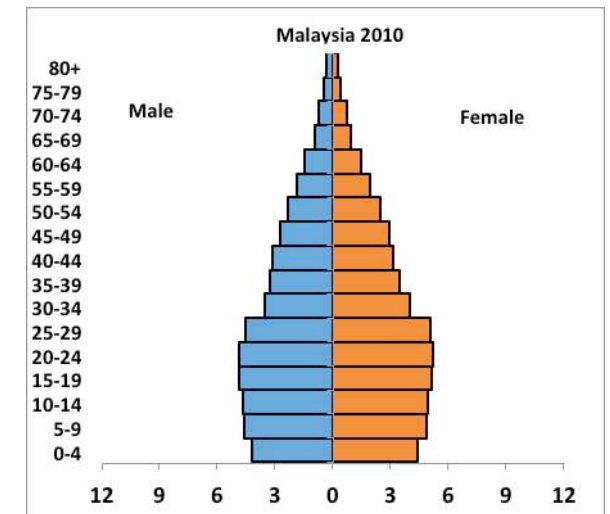
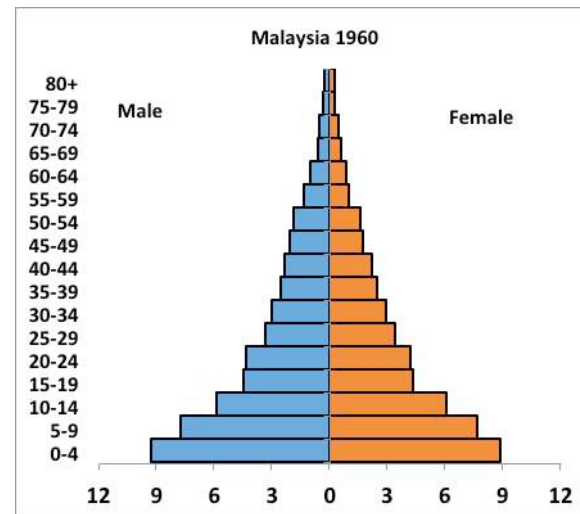
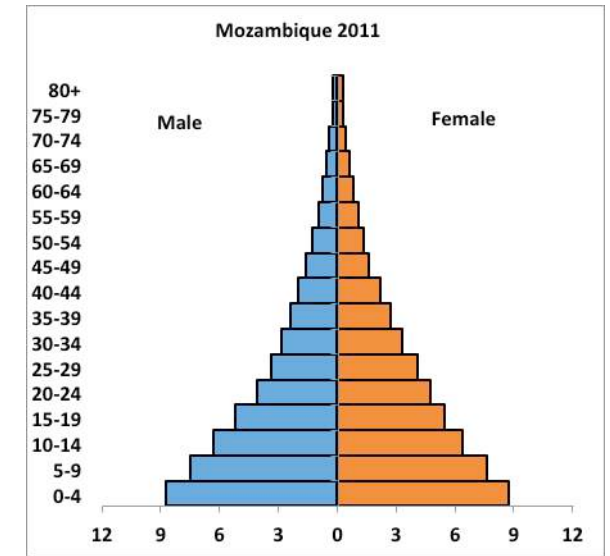
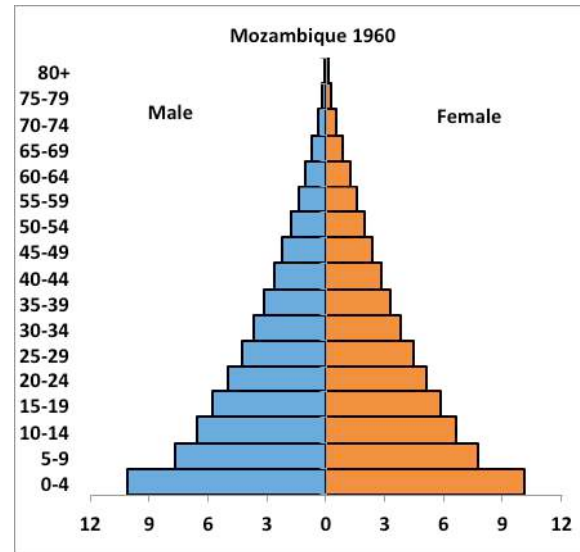
Fonte: INE, 2010; UN, 2019

Os Perigos da Negação da Demográfica

Comparação das tendências da pirâmide da população para Moçambique e Malásia

Ónus e bónus demográfico:

Há quem fale do dividendo demográfico como se achasse possível ganhar o Jackpot sem jogar?



Queremos implementar políticas públicas sérias? Quatro sugestões concretas

- 1) **Garantir melhor “value for Money” e efectividade do trabalho e produtos do INE;**
- 2) **Acabar com a desorçamentação, começando por respeitar o SITAFE, eliminando empresas públicas e os institutos ocultos e inúteis;**
- 3) **Criar e implementar um amplo e eficaz sistema de estatísticas vitais;**
- 4) **Rever o sistema de protecção social em conformidade com uma perspectiva honesta e não demagógica do lema dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

“Não deixar ninguém para trás”

Política Pública a Sério?

(I) Garantir melhor “value for Money” e efectividade do trabalho do INE

Censo de 2017 custou mais do dobro do que o Censo de 1997. É fundamental que se garanta um retorno em termos de produtos e análises. Felizmente, na semana passada o INE veio repor alguma verdade sobre a confusão criada pelo recenseamento eleitoral do STAE/CNE, mas não chega.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA

9. ORÇAMENTO



9.1.d) Custo per capita dos Censos 1997, 2007 e 2017

ANO	VALOR (1000 USD)	POPULAÇÃO (1000 Hab.)	PER CAPITA (USD)
1997	17.342	16.099	1.1
2007	34.537	20.632	1.9
2017	73.457	27.910	2.6

Tabela 3: Diferença Numérica entre as Duas Projecções (Nacional e Provincial) do INE Publicadas em 2010 e 2011

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1													
2	Total	986,197	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Niassa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74,529	76,405	78,278
4	Cabo Delgado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Nampula	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Zambézia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Tete	0	-77,687	0	0	-87,458	0	0	0	0	0	0	0
8	Manica	0	-55,562	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Sofala	0	-41,241	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Inhambane	0	-24,475	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Gaza	986,197	-20,080	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	Maputo Província	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Maputo Cidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14		986,197	-219,045	0	0	-87,458	0	0	0	0	74,529	76,405	78,278

A alegada percentagem de 80% de pessoas com 18 e mais anos de idade em Gaza não foi fundamentada, mas podia ser atribuída a um erro na base do INE, se bem que nem toda a base foi viciada. Independentemente dos erros, o INE é demasiado importante para ser macaqueado como vimos.

Tabela 5: Percentagem da População 18+ Anos em Relação à Projecção Nacional do INE (Tabela 1)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1													
2	Total	51%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	49%	49%	49%	49%
3	Niassa	46%	46%	46%	46%	47%	47%	47%	47%	47%	49%	49%	49%
4	Cabo Delgado	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
5	Nampula	48%	48%	49%	49%	49%	49%	50%	50%	50%	50%	50%	51%
6	Zambézia	46%	46%	46%	46%	46%	46%	47%	47%	47%	47%	47%	47%
7	Tete	45%	43%	45%	45%	43%	45%	45%	45%	45%	45%	46%	46%
8	Manica	45%	43%	44%	44%	44%	44%	44%	44%	44%	45%	45%	45%
9	Sofala	47%	46%	47%	46%	46%	46%	46%	47%	47%	47%	47%	48%
10	Inhambane	49%	49%	48%	48%	48%	47%	47%	47%	47%	48%	48%	48%
11	Gaza	99.1%	48.5%	48.2%	47.8%	47.5%	47.2%	47.0%	46.9%	46.9%	47.0%	47.2%	47.7%
12	Maputo Província	53%	53%	53%	53%	53%	54%	54%	54%	55%	55%	55%	56%
13	Maputo Cidade	57%	57%	57%	58%	58%	59%	59%	60%	60%	61%	62%	62%

Política Pública a Sério?

Tribunal Administrativo (TA) declara que que existe "...urgente necessidade de tomada de medidas concretas de controlo interno", mas responsáveis do MEF pura e simplesmente ignoram... e nada lhes acontece!

(2)

Quadro n.º VII.1 - Grau do Cumprimento de Recomendações

Constatações Relevantes no Relatório e Parecer de 2016				
Recorrência a partir de 2014 e ponto de situação em 2017				
Descrição das Constatações	2014	2015	2016	Ponto de Situação 2017
Não foi possível apurar o saldo da CUT em Meticais, por falta de disponibilização da informação, o que não permitiu a emissão da opinião, quanto à fiabilidade do saldo desta conta, constante do Mapa I.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre
Falta de observância do dever de devolução de saldos de adiantamento de fundos à CUT, conforme as Circulares de Encerramento do Exercício emanadas anualmente pelo Ministro das Finanças.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre
Parte significativa dos saldos de caixa permanece nas Outras Contas do Estado e nas Recebedorias, ao invés da CUT, preterindo-se o princípio da unidade de tesouraria, estabelecido na alínea a) do número 1 do artigo 54 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, segundo a qual todos os recursos públicos devem ser centralizados com vista a uma maior capacidade de gestão, dentro dos princípios de eficácia, eficiência e economicidade.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre
Há inconsistência entre o valor apresentado no Mapa I da CGE de 2017, na rubrica "Outras Instituições do Estado" e o calculado com base nos Anexos Informativos 1, 2 e 3.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre

Fonte:Relatórios e Pareceres das CGE's de 2014 a 2016

Acabar com o desorçamentação, respeitar o SISTAFE, eliminar empresas públicas e institutos inúteis e ocultos, para se orientar os recursos financeiros poupados para prioridades cruciais.

A desorçamentação corresponde a pelo menos uma EMATUM por ano.

Política Pública a Sério?

A desorçamentação acontece por via da transferência de gastos para fora do OE e do próprio Estado. Isto assenta no chamado “paradoxo do controle”, em que o Governo empenha-se mais em controlar a economia privada, o investimento e os recursos na economia, do que gerir bem os recursos públicos. O paradoxo evidencia-se no esforço do Governo em estender e reforçar o controle do sector privado, cedendo e relaxando o controle sobre o próprio sector público, nomeadamente as contas públicas. Os recursos poupados com a eliminação da desorçamentação deveria servir para investir num sistema nacional de estatísticas vitais, sério e efectivo, e em mecanismos mais inclusivos de protecção social.

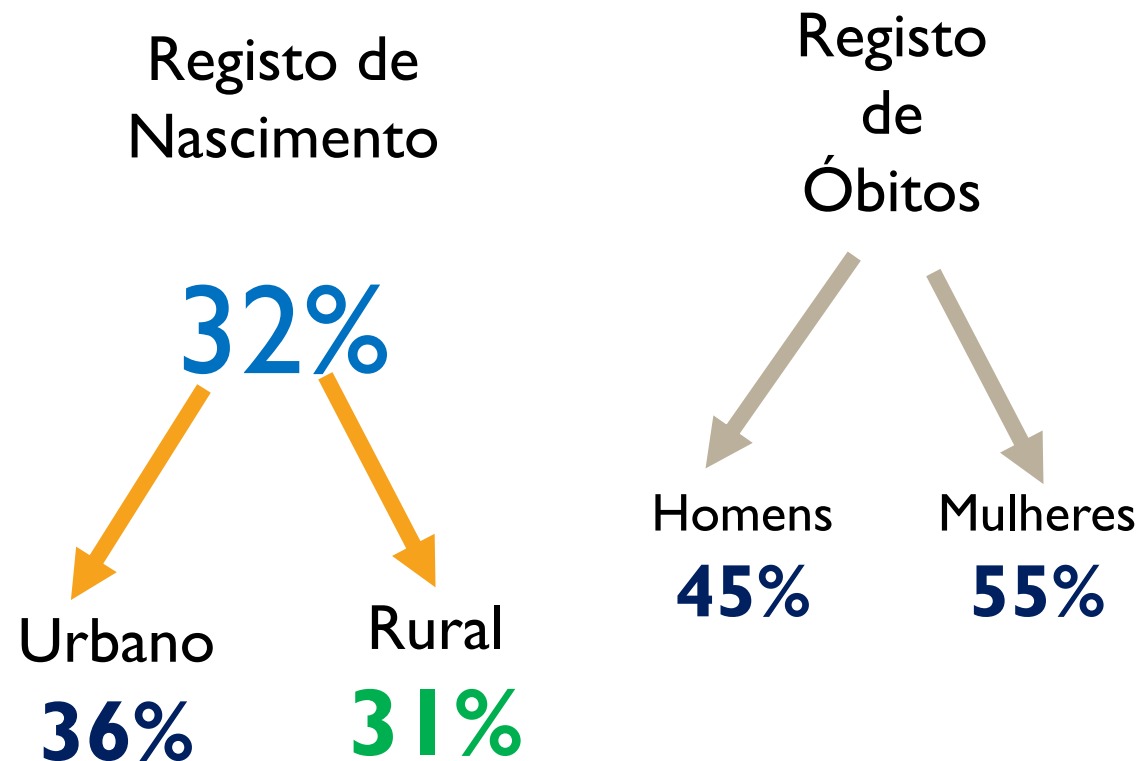
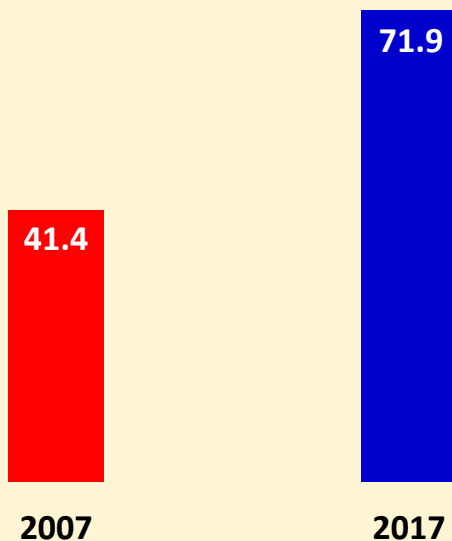
Política Pública a Sério?

(3) Estabelecer estatísticas vitais em todo o país

Não há país desenvolvimento que não tenha um sistema de registos de nascimento e óbitos amplo, abrangente e actualizado. Esta tarefa devia fazer parte do caderno de encargos dos chefes de localidade e do Administrador do Distrito. Esta seria a sua melhor contribuição para a induzir certas transformações demográficas e monitorar a qualidade dos futuros censos do INE.

3.7. Registo de Menores de 18 Anos de Idade

3.7.a) % de menores de 18 anos com registo civil



Política Pública a Sério?

(3) Estabelecer estatísticas vitais em todo o país

Figura 2: Registo de Nascimentos na Países da África Austral e da CPLP, 2017

Figura 2^a: Percentagem de Registo de Nascimento nos Países da África Austral, 2017

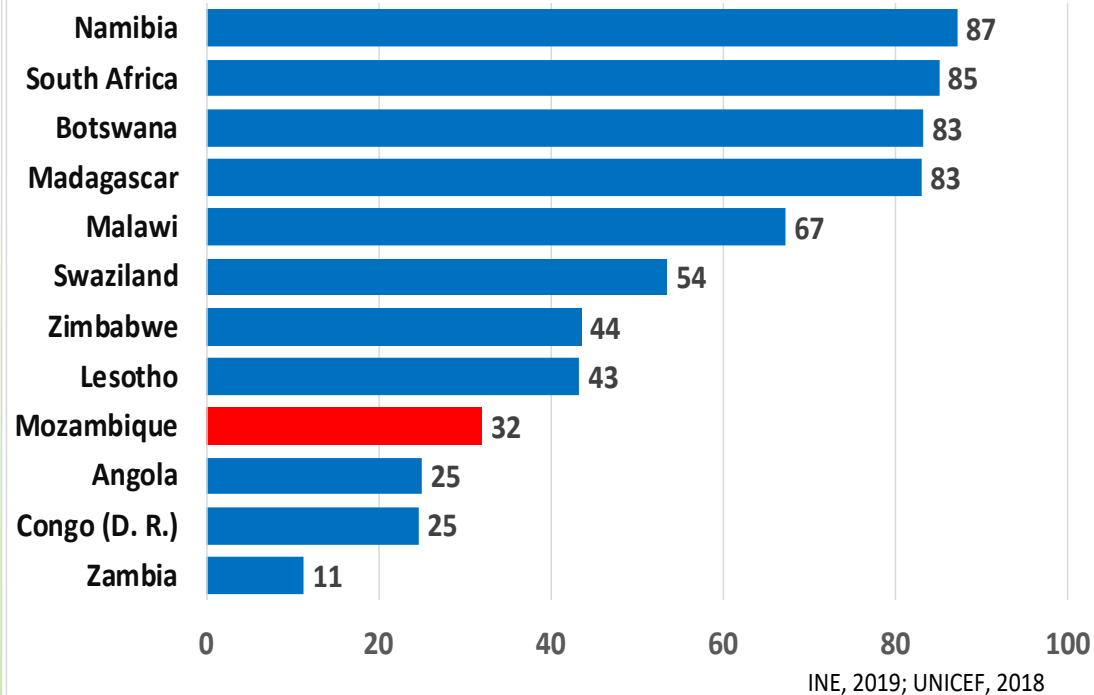
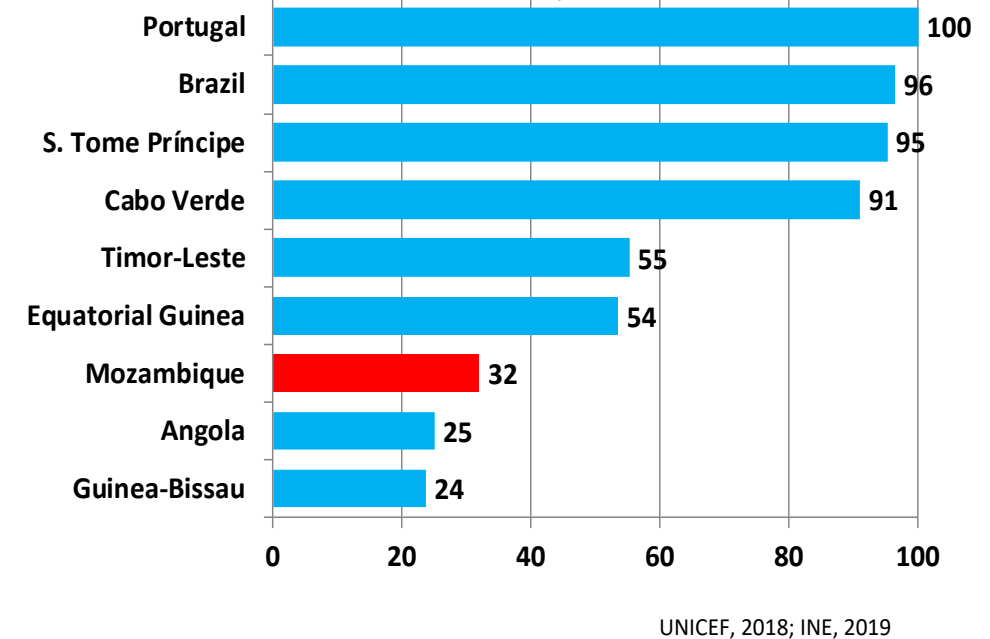


Figura 2^b: Percentagem de Registo de Nascimento nos Países da CPLP, 2017



Política Pública a Sério?

Com a perspectiva de avançarmos para a descentralização, no futuro próximo, não podemos ir para o distrito e as localidades com conversas académicas sobre transição demográfica e o dividendo demográfico. Mas podemos e devíamos colocar no seu caderno de encargos a contribuição para o sistema de registos vitais. Eles têm lá o representante da justiça que deve responsabilizar-se pelos registos, mas falta sentido e orientação para o sistema a criar. Isto não é um assunto somente da justiça, mas da Administração Pública em geral. Vamos ficar à espera do sistema eletrónico e da internet?

Política Pública a Sério?

**Qual é o significado do lema dos ODS da ONU
“Não deixar ninguém para trás”?**

É indispensável que o sistema de protecção social seja revisto de forma realista e inteligente para se superar a cópia de mecanismos que não se adaptam à nossa sociedade e economia.



Política Pública a Sério?

O sistema de protecção social forma é restricto, limitado, fragmentado e discriminatório. Beneficia as pessoas que descontam para a segurança social privada (INSS) e público (INPS), mas não toma em conta a natureza da demografia e economia de Moçambique. Se os fazedores de políticas copiassem de forma inteligente os sistemas dos países desenvolvidos perceberiam que deviam procurar formas de introduzir mecanismos adequados à informalidade dominante. Por exemplo, o Estado criou um mecanismo indirecto de colecta de imposto, o IVA. Porque é que não cria um mecanismos também indirecto de devolução aos contribuintes que continuamos a dizer serem não contribuintes, apenas porque não descontam os 7% do salário para o sistema de segurança social existente? Porque não se aloca 1, 2 ou 3% do IVA (precisaríamos de estudar o valor exacto) para a providência dos contribuintes na velhice?

Os políticos e burocratas são céleres em criar mecanismos indirectos para colectar receitas que cobrem os gastos correntes do Estado, bem como para a sua própria reforma (condigna!), mas ineptos em introduzirem mecanismos indirectos de devolução e compensação às pessoas que entram na idade da velhice.

Não temos imaginação para ir além do sistema caritativo e da esmola humilhante, chamada prestação mínima, que em 2018 rondou os 376 MTs (\$US 6) por pessoa? Prestação mínima, isto? Não sabemos a diferença entre mínimo e minúsculo, considerando a proporção dos 376MTs/mês em relação ao mais baixo salário dado pelo Estado em 2018? Menos de 10% dos 4255 Meticais (\$US 70) por mês em 2018 é uma pensão minúscula e humilhante!

Questões e Respostas Breves no Debate

- 1) O que falta e é preciso fazer para acabar com a desorçamentação e conseguir maior apoio e espaço para a protecção social?
- Falta uma definição de prioridades pró-desenvolvimento em vez de subdesenvolvimento e em particular faltam quatro coisas específicas:
 - (a) Sensibilidade das pessoas quanto à importância da transição demográfica;
 - (b) Capacidade dos investigadores para serem mais convincentes e persuasivos;
 - (c) Mais honestidade e menos cinismo político. Habitamo-nos a dizer uma coisa e a fazer outra totalmente diferente; isto acontece com a descentralização, consolidação fiscal, entre outros;
 - (d) Quebrar os interesses ocultos que beneficiam do actual sistema discriminatório e excludente.
- 2) Como entender a relação entre pobreza e demográfica a nível desagregado?
- Numa economia que há milhares de anos era precária e de mera subsistência, enquanto a mortalidade era muito elevada, a única forma viável de assegurar a continuidade humana era produzir o número de filho que compensasse minimamente a mortalidade. Em várias comunidades pobreza é não ter filhos. Porém, quando a sociedade começa a ser capaz de controlar a mortalidade, enquanto a fecundidade não se ajustar a ela, haverá um elevado crescimento demográfico. A redução da pobreza depende da capacidade de aumentar capacidade produtiva, mas isto não se consegue aumentando o número de filhos. Quando as famílias começam a ser capazes de controlar a mortalidade e melhorar a capacidade de geração de renda, torna-se possível alterar a estratégia reprodutiva focalizada na quantidade para a qualidade dos filhos (melhor educação, saúde e padrão de vida).

Debate: Questões e Breves Respostas

3) Como é que ter muito filhos criou ou cria mais protecção social?

- Ter muito filhos foi durante milhares de anos o principal mecanismo de protecção social no regime demográfico antigo assente em elevada mortalidade e natalidade. A razão porque as pessoas tinham muito filhos era para garantir que, no final, pelo dois em média sobrevivessem até à idade de substituir os seus pais. Em Moçambique ter muito filhos ainda é o único sistema de protecção social, mas progressivamente este sistema está a tornar-se inviável. O problema é que o regime demográfico moderno, baseado num sistema financeiro e de segurança social amplo e inclusivo, ainda é incipiente e restricto a uma minoria.

4) Porque diz que o retrocesso e aumento da base da pirâmide etária, ou o aumento da dependência demográfica, não é um problemas apenas do Governo?

- O objectivo não é desculpabilizar a responsabilidade principal do Governo, mas de igual modo, não podemos irresponsabilizar a sociedade. Na verdade, a maioria das pessoas continuam a pensar que Moçambique não tem problemas de população porque a densidade populacional é baixa e pode comportar muita mais pessoas. Para o senso comum é bom reduzir a mortalidade, mas reduzir a fecundidade é visto como uma agressão à cultura popular.